

**Informação sobre proteção de dados pessoais e
recolha de consentimento para o tratamento dos dados
Programa Lisboa Sustentável-Empresas**

1. O Município de Lisboa, pessoa coletiva de direito público número 500 051 070, com sede na Praça do Município, Paços do Concelho, Lisboa, respeita as regras de privacidade e proteção de dados pessoais constantes no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da legislação nacional aplicável.

Os dados são acedidos, com vista ao cumprimento das referidas finalidades, apenas por pessoas devidamente autorizadas. Os dados recolhidos não serão usados pelo **Município de Lisboa** para decisões automatizadas, nomeadamente não serão tratados para a definição de perfis.

O **Município de Lisboa** é responsável pelo tratamento dos dados, através da Direção Municipal de Economia e Inovação – Departamento de Emprego Empreendedorismo e Empresas, situado no Campo Grande 25, Bloco A, 7º Piso, 1749-099 Lisboa, contactável pelo telefone (+351) 218172338 e *e-mail* dmei.deee@cm-lisboa.pt

2. Finalidade e licitude, constituem finalidades do tratamento de dados pessoais, as seguintes atividades, no âmbito do **Programa Lisboa Sustentável - Empresas**.

- a) Seminários;
- b) Conferências;
- c) Workshops;
- d) Oficinas de participação;
- e) Encontros e ações de formação;
- f) Registo de dados das empresas e seus responsáveis na aplicação de registo no Lisboa Sustentável Empresas (website).

O tratamento de dados pessoais tem como fundamento de licitude o consentimento do titular dos dados [cf. Artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD]

3. Categorias de dados pessoais – Os dados pessoais recolhidos são: **o nome, o email, e o número de telefone**.

4. Não existem destinatários dos dados, ficando estes na posse do Município de Lisboa.

5. Consequência do não fornecimento dos dados - O fornecimento de dados pelo titular é obrigatório, a consequência do não fornecimento impede o contato posterior à inscrição.

6. Conservação dos dados pessoais – Os dados recolhidos são conservados pelo prazo administrativo de 10 (dez) anos, a contar da data de conclusão do procedimento - Código CLAV - F04 do art.º 10º da Portaria n.º 112/2023, de 27 de abril, com o fundamento legal com base no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD e no artigo 5.º, n.º 1, alínea e) do mesmo regulamento, por se tratar do cumprimento de uma obrigação legal de conservação de informação administrativa.

7. Transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais - Os dados tratados pelo **Município de Lisboa** não são transferidos para um país fora da União Europeia, nem para uma organização internacional.

8. Direitos dos titulares dos dados pessoais - Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito: [1] A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. [2] A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa), ou através da submissão do formulário de exercício dos direitos do titular de dados pessoais, disponível em: <https://www.lisboa.pt/exercicio-dos-direitos-do-titular-de-dados-pessoais>. O direito de apresentar exposições. [3] A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação. [4] A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Mais, estou ciente de que posso retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, por solicitação para os contactos acima indicados do Responsável pelo Tratamento.

A presente declaração será conservada, enquanto o Município de Lisboa tratar os dados pessoais do titular em causa.